

DEFICIÊNTE MENTAL: SÍNDROME DE DOWN, INTERAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL.

Joana Dark de Lima
joanadarkdl@hotmail.com
UEPB-CAMPUS IV
Lucineide Dantas de Oliveira
Lucineide.bs09@gmail.com
UEPB-CAMPUS IV
Prof^a. MS. Flávia Márcia de Sousa
flaviacatolepj@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discutir acerca das condições oferecidas pela escola e pais dos alunos portadores de Síndrome de Down e seu processo avaliativo, como também verificar a postura do professor em relação ao tema que ainda gera tantos preconceitos e exclusões. Participaram do estudo uma (01) pessoa com Síndrome de Down, residente na cidade de Bom Sucesso/PB, que respondeu a uma entrevista composta por dez (10) perguntas subjetivas. Almeja-se com esse trabalho um melhor entendimento por parte de algumas pessoas que veem essa síndrome como uma doença, já que estes indivíduos não tem nenhum conhecimento do que se trata a síndrome de Down. O importante é entender que a Família, o Estado e a Sociedade são responsáveis de forma igualitária por tudo que diz respeito à criança, sejam os seus direitos, deveres, desenvolvimento e formação. A Síndrome de Down é um acidente genético causado por um cromossomo extra no par 21, que atinge em média um a cada 600 nascimentos no Brasil.

Palavras-chave: Escola; Aluno; Síndrome de Down.

ABSTRACT

This paper aims to discuss about the conditions offered by the school and parents to students with Down syndrome and their evaluation process, but also check the position of the teacher in relation to the issue that still raises many prejudices and exclusions. The study comprised a (01) person with Down, residents in the town of Bom Sucesso / PB syndrome who answered a survey consisting of ten (10) subjective questions. One hopes this work with a better understanding on the part of some people who see this syndrome as a disease, as these individuals have no knowledge of what it is Down syndrome. The important thing is to understand that the family, the state and society are equally responsible for everything that relates to the child, whether their rights, duties, and training development. Down syndrome is a genetic accident caused by an extra chromosome in the 21st pair that reaches on average 600 births in Brazil.

Keywords: School; student; Mentally Retarded.

INTRODUÇÃO

A Síndrome de Down ou trissomia do cromossomo 21 é um acidente genético causado por um cromossomo extra no par 21. Os portadores, em vez de dois cromossomos no par, possuem três. Esse excesso de material genético no cromossomo provocam as alterações que determinam as características do portador da SD.

Estas alterações irão prejudicar a relação deste indivíduo considerado especial no seu contexto social como pessoa, que dependente do grau da deficiência, ele pode superá-la ou não. Por isso, esses sujeitos tendem a merecerem uma atenção diferenciada dos demais. Então, cabe aos pais junto com a escola a tarefa de desenvolver essa criança, fazendo do ambiente escolar uma abertura para a sua socialização.

1. CONCEITO E CAUSAS

Mongolismo (Síndrome de Down) Esta é uma condição a parte, e embora seja responsável por apenas cerca de 1% de todos os defeitos mentais, é motivo de quase um terço das admissões em escolas para retardados mentais. O grau do retardamento mental varia de leve a grave e associa-se a curiosa configuração facial e estatura física diminuída. A cabeça tende a ser pequena e oval, com fronte inclinada. As orelhas têm implantação baixa e forma oval com lóbulos pequeno.

Os olhos curvam-se ligeiramente para cima e para fora devido à presença de uma prega média no epicanto que cobre parcialmente o ângulo da fenda palpebral. A ponta do nariz geralmente se encontra-se ausente ou pouco desenvolvida. A boca tende a ficar aberta e a língua geralmente é grande, muito fissurada e protrusa.

2. O PAPEL DA FAMÍLIA NA VIDA DO PORTADOR DE SÍNDROME DE DOWN

. Algumas características são comuns a seus portadores como físicas; apresentam comprometimento intelectual, resultando numa aprendizagem mais lenta; tônus muscular reduzido e ligamentos mais frouxos, gerando dificuldades na locomoção, na articulação da fala e, em 50% dos casos, têm cardiopatias. A média cai de um com Síndrome de Down para 650 a 1.000 nascimentos para um em cada 400 são filhos de mulheres que engravidaram depois dos 35 ou 38 anos. Este grupo pode optar por uma fertilização in vitro com diagnóstico antes de implantar o embrião; mas é um procedimento tecnicamente difícil e caro. Nas grávidas, o que define o diagnóstico de SD é o estudo genético do material fetal, que pode ser feito até 11 semanas de gestação por punção do vilo corial ou, no quarto mês de gravidez, por amniocentese. Segundo a revista Abramge (2013), publicou uma entrevista enviada por J.C. que em média um em cada 600 nascimentos no Brasil tem Síndrome de Down. Que não se sabe por que a SD ocorre, o fato é que a célula humana normal possui 46 cromossomos divididos em 23 pares; a pessoa com SD tem 47, sendo que o cromossomo extra é ligado ao par 21, e por causa disso, a síndrome é chamada de trissomia 21, e também ser comemorada em 21 de março, o dia internacional da Síndrome de Down.

Confirmando assim a ideia de que “O ser humano não nasce humano, se torna humano.” Esta frase parte do pressuposto de que a maior parte do aprendizado da criança é obtida quando a mesma observa um adulto e começa a imitar os seus gestos. “A criança cujo desenvolvimento se há complicado por um defeito, não é simplesmente menos desenvolvido que seus coetâneos normais, são criança desenvolvida de outra forma” (Vygotsky, 1989, p. 3).

"Deve-se dar a criança o direito de ser criança." um autor desconhecido uma vez mencionou. Quando se estuda a Declaração Universal dos Direitos da Criança, que é composta por dez tópicos que fundamentam os direitos das mesmas, devemos destacar dentro do contexto educacional que exploramos que o governo deve prover direito a especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social. Juntamente ao direito à educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente e, também direito à educação gratuita e ao lazer infantil. (VYGOTSKY, 1989: p. 53) começa dizendo que:

Qualquer defeito seja a cegueira, a surdez, ou a deficiência mental inata... influem, sobretudo, nas relações com as pessoas. Também na família, a criança cega e a surda é, antes de tudo, uma criança peculiar e se lhe oferece um trato exclusivo, inabitual, distinto ao que se lhe dá aos outros, e isto não só ocorre nas famílias nas quais esta criança é considerada uma carga pesada e um castigo como também quando é rodeada de um amor duplicado ou uma atenção superprotetora que a separa dos demais. Isto evidencia, diz, tanto as confissões reflexivas dos próprios cegos e surdos, como a observação cotidiana, muito simples, da vida das crianças com defeito e os dados de análise científica e psicológica.

Davidoff (2001), também aborda a causa do retardo mental como sendo biológicas, dando ênfase aos diferentes distúrbios de genes recessivos resultando em "graves deficiências intelectuais", uma vez que este distúrbio ocorre nos cromossomos, não havendo nenhuma cura. Assim, Coll (2004), se baseando na informação epidemiológica e na etiologia da deficiência mental, trás uma relação de uma possível prevenção do atraso mental: Primária: ações antes da aparição do problema e que impedem seu aparecimento (medidas sanitárias, durante a gestação e o parto).

Coll (2004) vem discutir que a personalidade das pessoas com deficiência mental está relacionada com as suas limitações intelectuais, mas também com sua rigidez comportamental, ou seja, os indivíduos com deficiência são capazes de persistirem numa determinada tarefa, mais do que outros indivíduos normais. Sendo diferenciado de duas maneiras:

Secundária: ações que diminuem ou eliminam o problema já

surgido (por exemplo, dieta em crianças com fenilcetonúria).
Terciária: ações que limitam as consequências negativas e melhoram o nível de funcionamento (reabilitação, educação).
(COLL, 2004, p.201)

Esses procedimentos é uma tentativa para diminuir o índice de deficiência mental nos recém-nascidos. Segundo Coll (2004), foi elaborado um conceito e uma classificação em psicometria, como sendo uma medição da inteligência que ocorre deste o início do século XX, tendo uma estreita relação com a escola. Essa medição da inteligência na psicométrica foi adotada e mantida primeiras pela OMS e depois pelo DSM-IV para situarem em valores de QI inferiores a 70 da deficiência mental, assim, delimitando em graus de gravidade:

NÍVEIS PSICOMÉTRICOS DE DEFICIÊNCIA MENTAL	QUOCIENTE INTELLECTUAL
Deficiência mental leve	55 a 70
Deficiência mental moderada	40 a 55
Deficiência séria	25 a 40
Deficiência mental profunda	abaixo de 25

Fonte: COLL, 2004, p.193-194

Esse nível cujo principal foco é estabelecer uma idade mental ou quociente intelectual nos indivíduos que apresente um grau de capacidade em uma distribuição normal da inteligência revela:

Em contraposição à idade cronológica [...], a idade mental é o nível de capacidade geral e de aptidões concretas que um indivíduo atingiu em correspondência ao nível médio próprio de uma determinada idade (cronológica) para a maioria dos indivíduos. O quociente intelectual (QI) resulta da divisão da idade cronológica multiplicada por 100. (COLL, 2004, p. 193)

Esses dados nos possibilitam uma avaliação aproximada dos níveis da deficiência em cada pessoa, proporcionando aos sujeitos um entendimento de como lidar com esses indivíduos portadores da síndrome de Down, com isso, facilitando o convívio entre ambos em Sociedade.

2.1 MÉTODO

Nesse trabalho de pesquisa de campo onde apenas um entrevistador participou da entrevista, utilizando nomes fictícios para preservar suas identidades. A pesquisa desenvolveu-se no mês de setembro de 2014. Militos, um jovem com 14 anos, que está cursando o 6º ano fundamental, no ano de 2014, em uma Escola Estadual de Ensino no município de Bom Sucesso/ PB. Foram ouvidas sua professora de língua portuguesa, e sua mãe.

Lúdia, professora de Língua Portuguesa de Militos, nos fala, que o mesmo não aprende na escrita, mas, nos trabalhos expositivos em cartazes, ele discute o tema abordado com coesão dentro da sua limitação.

1.2 PROCEDIMENTO

Percebemos que a perspectiva para alguns que tem a Síndrome de Down é lutar contra as suas limitações, tendo de lidar com as dificuldades enfrentadas no estudo e no mercado de trabalho. Utilizando-se de projeto de pesquisa: anotações no diário de campo de situações vividas com Militos em casa, com pais e na escola.

O objetivo deste questionário é compreender como uma pessoa com Síndrome de Down se socializa, no dia-a-dia, realizando uma pesquisa qualitativa por permitir "uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real" (Yin, 2003, p. 20). Segundo analisa Stake (2000), o estudo do caso possibilita uma análise mais aprofundada do fenômeno pesquisado, permitindo construir um determinado conhecimento a respeito do tema ou da realidade dos entrevistados. Sendo feita uma pesquisa nas residências dos mesmos, tendo sido realizada por apenas um entrevistador.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados aqui apresentados não estão sequencialmente em ordem cronológica, aludem temas, abordado de diálogos estabelecidos entre entrevistador e entrevistado,

deste estudo onde através do conhecimento e amizades com essas famílias, foi possível realizar essa pesquisa.

Percebe-se a dificuldade das pessoas em relatarem de si ou de algum familiar que tenham alguma deficiência, e que sofrem com o preconceito que a sociedade lhe impõe.

3. INCLUSÃO/EXCLUSÃO: SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA

Durante muito tempo está havendo uma discussão acerca da aceitação de crianças portadora de Síndrome de Down na escola para conviverem livremente com outras crianças, incluindo-as num espaço social para que desenvolvam autonomia e se socializem em suas vidas adultas, tendo como uma das responsabilidades por esta socialização, não só à escola, mas também o poder público, a família e a sociedade.

As crianças são socializadas por meio de uma interação com a participação de pessoas mais próximas, sendo construídas no decorrer do tempo. É importante que as crianças estejam sempre em contato entre si, desenvolvendo seus saberes e suas capacidades, assim, com isso, tornando-as adultos conscientes em suas escolhas.

Inserindo essas crianças portadoras da Síndrome de Down na escola, um ambiente que busca garantir uma boa educação, fazendo que estas aprendam a conviverem com as diferenças. Assim, a escola socializa as crianças com Síndrome de Down, possibilitando-lhes uma interação junto às outras crianças, permitindo que haja uma aceitação do indivíduo portador da síndrome. Às vezes, nem sempre é possível que as pessoas aceitem os portadores de Síndrome de Down com naturalidade, porém é necessário haver uma inclusão destes indivíduos, portadores da síndrome, por meio da escola, tornando-os cidadãos cientes com os mesmos direitos e deveres perante a sociedade.

Deste modo, podemos apenas buscar uma forma para estimular essa criança a se habituar no convívio social, de maneira que a mesma seja capaz de superar suas limitações. O diálogo estabelecido entre os interlocutores sofre influências não só do contexto no qual se encontram inseridos, como também, da posição social de seus participantes, de suas idades, do tipo da relação (como por exemplo, mãe-filho, professor-aluno, criança-criança, entre outros), determinando não só a forma do diálogo a ser estabelecido entre eles, mas também o domínio por um dos falantes deste

processo, Bakhtin (1992a; 1992b).

Diante disso, Coll (2004), afirma que as relações estudadas entre os diferentes membros da família, a interação mãe-filho é a mais abordada, por estabelecer um vínculo especial, pois a mesma estimula de maneira espontânea no desenvolvimento da capacidade interacional da criança. Então, Costa (1995), nos relata as poucas pesquisas sobre o adulto com esta anomalia, discutindo as dificuldades de inseri-los no mercado de trabalho formal, por relacionar as pessoas com Síndrome de Down como sendo indivíduos incapazes de executar uma simples tarefa, assim, diminuindo as poucas oportunidades de incentivo a profissionalização destes.

Segundo Coll (2004), a relação entre a escola e a família pode variar conforme a idade e a etapa educacional em que se encontra a criança. A escola desempenha um importante papel nos primeiros anos de vida de uma criança portadora da síndrome, mas vale salientar que a escola não é a única que tem o dever de desenvolver este indivíduo, isso também dependera da colaboração dos pais. Uma vez que muitos pais sentem que a escola impõe a eles o que devem fazer com o seu filho, não havendo nenhuma consideração de ouvi-los. Por isso, esse profissional tem que manter uma postura imparcial com relação ao processo de desenvolvimento dessa criança, e, assim, conduzindo-a para uma interação conjunta com toda turma, fazendo que ela saiba se desenvolver sozinha.

Como garantir seus direitos

A legislação brasileira é bastante avançada quando o assunto são os direitos dos indivíduos com deficiência. Porém, muitas vezes as pessoas desconhecem seus direitos e são prejudicadas.

A lei determina que qualquer forma de diferenciação, exclusão ou restrição baseada em uma deficiência é crime. Na ocorrência de qualquer violação dos direitos das pessoas com deficiência, deve-se dirigir à delegacia mais próxima do fato, relatar o acontecido e instaurar um procedimento criminal, que vai depender do tipo de delito cometido.

Confira abaixo os órgãos que também podem ser procurados no caso de violação de direitos:

A Defensoria Pública existe em todos os estados e atua como defensora dos direitos das pessoas que não têm condições de pagar pelos serviços de um advogado. Os defensores públicos devem ser procurados caso haja qualquer violação de direitos.

O Ministério Público está presente em todos os estados e tem como função fiscalizar as leis. Assim, ele deve ser acionado para denúncias sempre que uma lei não é cumprida e/ou há um direito violado.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) está presente em todos os estados. É possível fazer uma denúncia por meio das comissões para a defesa dos direitos das pessoas com deficiência e direitos humanos da instituição.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Precisa-se que a família inclua seus filhos em ambientes comunitários onde todos possam ver que não podem se excluir do ambiente social, e exigir que a sociedade os inclua, e que contribuam para seu desenvolvimento como todo cidadão, com direitos e deveres.

O referido trabalho, feito por meio de entrevistas, buscou analisar as dificuldades enfrentadas no convívio familiar e escolar dos portadores da Síndrome de Down que sofrem com o preconceito em relação as suas capacidades motoras e intelectuais, e também por seus traços físicos. Percebemos, que tanto as pessoas com SD quanto sua família necessita de acompanhamentos mais específicos de pessoas preparados para informa-lhes de seus direitos e inclusão no convívio social. Portanto, poderá identificar as necessidades presentes na vida dessas pessoas especiais, para consegui ajudá-lo tanto em casa como na escola e melhor realizar seu papel com a ajuda da sociedade. E, assim, formar uma equipe, onde todos desenvolvem uma tarefa com ética e responsabilidade em prol de um bem em comum.

A pesquisa desenvolveu-se no mês de outubro de 2014, nas residências dos entrevistados, composta por 10 perguntas para os podadores de Síndrome de Dwon, mãe de dois SD e uma professora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADAMS RD, Reed WB: Neurocutaneous disease in **Dermatology in General Medicine**, eds TB Fitzpatrick et al, New York: Mc-Graw_Hill, 1979, p. 1379.

BAKTIN, M. (1992a). **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes.

BAKTIN, M. (1992b). **Marxismo e Filosofia da linguagem**. (M. Lahud & Y. Vieira, trad.) São Paulo: Editora Hucitec. (Original publicado em 1973).

BELTRAME, Thais Silva; HERBER, Vanessa; RIBEIRO, Joyce; **O Processo de socialização de uma criança com Síndrome de Down no sistema regular de ensino**. *Dynamis* (2009) n.2 vol.15-41.

COLL, César; Álvaro Marchesi; Jesús Palacios. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Trad. Fátima Murad - 2. ed. 3v.-Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 193-343.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à Psicologia**: Terceira Edição. Tradução Lenke Peres; revisão técnica José Fernando Bittencourt Lômaco. São Paulo: Pearson Makron Books, 2001, p.309.

EVANS, P. Algumas implicações da obra de Vygotsky na educação especial. In: DANIELS, H. (Org.). *Vygotsky em foco: pressupostos e desdobramentos*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1995.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o_Universal_dos_Direitos_da_Crian%C3%A7a>. Acesso em: 02 ago. 2014.

Disponível em: **Folha Universal /Ano 22/Nº 1.169/Editora Nacional**. Acesso em: domingo, 31 ago. 2014.

.

Disponível em: www.medplan.com.br acesso em 24/09/2014.

.

<http://www.movimentodown.org.br/educacao/educacao-e-sindrome-de-down/> Acesso em: 25/09/2014

http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/33/Documentos/cartilha_deficiente.pdf Acesso: 25/09/2014.

- See more at: <http://www.movimentodown.org.br/direitos/como-garantir-seus-direitos/#sthash.ElaeF69F.dpuf> Acesso: 12/10/14.